

3

Fundamentação teórica

Nas primeiras seções deste capítulo, apresentaremos, respectivamente, conceitos relacionados às noções de papel e posição que serão importantes para este estudo. Em seguida, abordaremos o ferramental teórico oferecido pela Análise Retórica do Discurso, outro pilar desta pesquisa.

3.1.

Papéis

Os papéis dos participantes de uma interação são, de certo modo, um dado estabelecido *a priori*. De acordo com Lemert (1997), isso orienta fundamentalmente a conduta dos interagentes. Esse lado determinista do papel é reconhecido por Goffman (1961). No entanto, devemos notar que, na própria interação, os papéis são construídos e negociados também. Devido a essa natureza dupla – estrutural e interacional –, Strong e Davies (1977) defendem que o conceito de papel é um “conceito-ponte” (p.776). Estrutura social e interação são duas noções que se encontram em seu interior.

A partir do trabalho seminal de Goffman (1959-79) sobre os papéis assumidos pelos atores sociais, diversos estudos têm explorado isso sob um ponto de vista interacional. O trabalho de Weizman (2006) fornece uma grande contribuição a esses estudos. A autora afirma que a noção de papel social pressupõe uma “categorização de membro de grupo” (p.156). De acordo com Weizman (idem), a performance de um papel se dá devido ao fato de um indivíduo se considerar um membro de determinada categoria e assumir, por conseguinte, as obrigações associadas a ela. A autora ressalta ainda que “a percepção de papel é parte de nossa vida diária: nós concebemos as pessoas em termos de seus direitos e obrigações sociais e formamos nossas expectativas de acordo com esse fato” (idem:174).

O trabalho de Weizman (idem) está alinhado aos construtos teóricos apresentados por Goffman, uma vez que, para ele, é através dos papéis sociais

assumidos pelos sujeitos que a eles são atribuídas tarefas. O sociólogo compara a vida a uma encenação teatral na qual os indivíduos assumem papéis, sendo essa a unidade básica de socialização, e salienta que o papel se refere à “promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social” (2005:24).

No trabalho de Weizman (2006), em que vemos, portanto, um ponto de contato com a obra de Goffman (idem), a autora destaca ainda que um papel pode não ser relevante em determinado contexto, mas o mesmo pode ser relevante em outro. No discurso dos policiais que entrevistamos, outros papéis sociais emergem e isso está relacionado, como veremos, aos seus interesses na interação.

3.1.1. Tipos de papel

Weizman (2006) analisa entrevistas de notícias em contexto israelense e observa que é possível distinguir os papéis sociais dos interacionais. O papel social diz respeito ao status que o participante possui em seu meio. O papel interacional, por sua vez, se refere ao papel desempenhado na atividade em curso. Na pesquisa realizada pela autora, ela destaca, por exemplo, que, no caso da entrevista de notícia, podem servir de exemplo de papéis interacionais os papéis de “realizar perguntas, fazer declarações, interromper etc.” (p.155). Segundo Weizman (2008:174), há uma “divisão de papéis [interacionais] pré-determinada pelas expectativas discursivas que pertencem ao evento comunicativo”. Em uma entrevista, por exemplo, os indivíduos fazem valer os direitos e deveres dos papéis sociais que ocupam.

Sarangi (2010) também aborda os papéis sociais e interacionais. No entanto, a noção de papel interacional encontra-se sob a chancela de “papel discursivo”. Outro ponto de contato entre o trabalho de Sarangi (idem) e Weizman (idem) é que ambos observam uma ligação clara entre esses papéis de diferentes tipos. Sarangi e Slembrouck (1996) assinalam, a fim de exemplificar essa interconexão, que, se em determinada situação o papel de assistente social é tornado relevante, isso delimitará os papéis discursivos de quem ocupa o papel. A ação verbal dos atores que assumirem esse papel social pode ser, por exemplo,

reportar o diagnóstico médico, pois esse é um dos papéis discursivos que são associados ao papel de assistente social.

Sarangi (2010) aborda ainda o que denomina de “papel de atividade”, conceito utilizado antes por Clark (1996). Sarangi (idem) afirma que o papel de atividade é aquele que depende da atividade e a caracteriza. Em um trabalho posterior, o autor admite que essa categoria ainda precisa de uma “calibração” (2011:9), já que a atividade possui uma natureza híbrida. Mas, no caso dos policiais, é possível identificarmos como papéis de atividade, por exemplo, abordar e conduzir à delegacia.

Diferente de Weizman (2008), ao apresentar a noção de tipos de papel, Sarangi (2010, 2011), apresenta, portanto, três classes: o papel social, o papel discursivo e o papel de atividade. Em suma, o papel social diz respeito às relações sociais entre os sujeitos; o papel discursivo se refere ao que os participantes fazem em relação às mensagens na interação; e o papel de atividade depende do tipo de atividade da qual o indivíduo está participando, definindo-se na relação com outros participantes.

É importante considerar ainda, neste estudo, a discussão de Sarangi (2011) sobre a emergência de papéis múltiplos. As pessoas podem corresponder a papéis distintos e, se esses forem conflitantes, isso pode acarretar tensões de acordo com Sarangi (idem). É fundamental também abordarmos os conjuntos de papéis e observarmos como esse conceito se diferencia da noção de papéis múltiplos. Isso se realizará na próxima subseção.

3.1.2. Conjunto de papéis e múltiplos papéis

Linton (1936) define status como “uma posição em um padrão particular que é uma coleção de direitos” (1936:113-114, cf. Merton, 1957:110). Revisando esse conceito, Merton (1957, 1968) analisa a relação entre status e papel social. Para Merton, o papel social é “o aspecto dinâmico de um status [que] coloca os direitos e obrigações que constituem um status em ação”.

Enquanto Linton (1936:114) afirma que cada indivíduo ocupa múltiplos status e cada um deles tem um papel associado, para Merton, cada status social envolve um arranjo de papéis. Esse aspecto da estrutura social é denominado “conjunto de papéis”. Segundo Merton (1957), trata-se de: “relações de papéis complementares em que as pessoas são envolvidas pelo fato de ocupar um status social particular” (p.110).

O conceito de conjunto de papéis não deve ser confundido, de acordo com Merton, com o de múltiplos papéis (idem:68). Este diz respeito “aos vários status sociais (geralmente em diferentes esferas institucionais) em que as pessoas se encontram” (idem:111). Para compreendermos melhor esse conceito, podemos tomar como exemplo o papel social de policial. O indivíduo que ocupa esse papel também ocupa outros, isto é, possui vários status sociais. Esse sujeito também pode se apresentar, por exemplo, como marido ou pai.

É importante observar ainda que, segundo Sarangi (2011), os múltiplos papéis são complementares ao passo que é possível haver tensão no conjunto de papéis. No caso dos policiais que trabalham nas UPPs, cabe a eles ajudar a população e combater a criminalidade. No entanto, nem sempre é possível saber quem é o cidadão de quem devem se aproximar e o sujeito que é um criminoso e oferece, portanto, um risco. Sendo assim, uma tensão pode ser instaurada no desempenho do conjunto de papéis que estão associados ao status de policial de uma UPP.

Mas podemos questionar a teoria de Sarangi (idem), que nos leva a pensar que os múltiplos papéis de um policial seriam complementares, pois como observaremos no capítulo 6 os papéis ocupados por ele entram em conflito.

3.2. A Teoria do Posicionamento

No tocante às origens dos conceitos de posição e de posicionamento, segundo Widdicombe (1998), o termo *posicionamento* remonta a Althusser (1971), mas, em seu trabalho, admite-se esse movimento interacional apenas como um reconhecimento de posições e não uma escolha. No campo das ciências

sociais, esses conceitos foram introduzidos por Hollway (1984) ao analisar a construção da subjetividade em relações heterossexuais.

Langenhove e Harré (1999) desenvolveram a sua teoria, a partir desses primeiros passos, definindo posicionamento como um processo discursivo através do qual os sujeitos são localizados na interação como participantes coerentes em linhas de história (*storylines*) construídas conjuntamente. A Teoria do Posicionamento surgiu como uma alternativa à noção de papel apresentada por Goffman (1959). Mesmo que este autor apresentasse um foco diferente, Langenhove e Harré (idem) fizeram frente ao caráter determinista e estático que observaram no seu conceito de papel propondo essa teoria.

Neste trabalho, estamos alinhados com a concepção de Strong e Davies (1977) de que o papel possui uma natureza dupla, simultaneamente estrutural e interacional, e assim se configura como um conceito dinâmico. Contudo, entendemos, como Langenhove e Harré (idem), que, no processo de construção e de negociação de imagens do eu e do outro, nas interações sociais, os posicionamentos se constituem como práticas discursivas fundamentais. Assim, um conceito pode servir de complemento ao outro em uma análise interacional.

De acordo com Davis e Harré (1990), as posições dizem respeito às produções discursivas dos selves e possuem uma natureza relacional, pois um indivíduo sempre é posicionado em relação aos outros. Se o comandante de uma UPP é posicionado por um policial, por exemplo, como rígido em relação à tropa, então os policiais são posicionados como profissionais que sofrem uma cobrança rigorosa. As posições são, desse modo, como dois lados de uma moeda.

Cabe notar, contudo, que as posições são efêmeras e podem ser legitimadas ou não. Uma pessoa pode refutar uma posição que a ela foi atribuída bem como negar posições atribuídas a outros. Assim, temos posicionamentos de primeira, segunda ordem e terceira ordem. Langenhove e Harré (1999:20) assinalam que “o posicionamento de primeira ordem diz respeito à forma em que uma pessoa se posiciona e posiciona os outros dentro de um espaço essencialmente moral empregando diversas categorias e *storylines*.”

Se, um policial, por exemplo, dá uma ordem a um morador da comunidade em que ele trabalha, tanto o policial quanto o morador são posicionados por essa elocução: o policial como alguém que tem o direito moral (ou como alguém que acha que tem o direito moral) de comandar o morador e este como alguém que pode ser comandado pelo policial.

O posicionamento de segunda ordem ocorre quando as posições são negociadas entre os participantes da interação em que ocorreu o posicionamento de primeira ordem porque um dos envolvidos não o aceita. Se o morador da cena-exemplo acima questiona o policial, relutante em cumprir sua ordem, novas posições emergem na interação, sendo consideradas posicionamentos de segunda ordem. Se essa negociação ocorre fora da discussão inicial, é considerada, por sua vez, um posicionamento de terceira ordem.

3.3. Análise retórica

Os estudos tradicionais da retórica estavam baseados inicialmente em princípios da lógica formal e da argumentação. Com o tempo, houve uma renovação e, à medida que esses estudos começaram a focalizar a dimensão persuasiva da linguagem, sua posição se firmou no âmbito da análise do discurso (ARRIBAS-AYLLON et al., 2011:60). Cômico da necessidade dessa reestruturação, Billig (1987) propôs que os estudos retóricos não ficassem restritos à análise dos gêneros tipicamente argumentativos, mas que a retórica passasse a ser vista como uma atividade social que permeia várias esferas.

Hoje o que diferencia a análise retórica de outras tradições da análise do discurso, de acordo com Arribas-Ayllon et al. (idem:57), é a caracterização da conversa, do texto e de outras formas multimodais como *accounts*. Antaki (1988) aponta que os *accounts* são primeiramente descrições, explicações ordinárias ou “self-reports” das atividades cotidianas, mas os *accounts* também podem ser vistos como “o uso da linguagem para construir interacionalmente sentidos preferidos de eventos problemáticos (BUTTNY, 1993:21)”.

No trabalho seminal de Scott e Lyman (1968:46), os autores chamam atenção para a função de reparo social da fala em interação, principalmente a exigência de que os atores sociais expliquem um comportamento inesperado ou inconveniente, quer seja seu quer seja de outra pessoa. No discurso que analisamos aqui não se observam, contudo, *accounts* com essa função.

Considerando a organização retórica no mundo do trabalho, Heritage (1984) afirma que a preocupação central de vários profissionais, como advogados, jornalistas e policiais, é fornecer uma descrição adequada das situações que exigem intervenções. Assim, os *accounts* podem ser observados em diversos contextos profissionais. Os participantes desta pesquisa, policiais de uma UPP, utilizam *accounts* para descrever um cenário hostil diante do qual se vêem. Isso serve para amparar, portanto, posições construídas e negociadas em seu discurso.

3.3.1. Recursos retóricos

Tendo observado a importância dos *accounts* nas práticas cotidianas e profissionais, é importante que analisemos os três pilares da Análise Retórica do Discurso (ARRIBAS-AYLLON et al., 2011), considerando os recursos retóricos utilizados em geral na construção dos *accounts*.

Seu primeiro pilar é o trabalho de categorização. Arribas-Ayllon et al. (2011:21) apontam que as categorias são utilizadas rotineiramente para classificarmos as pessoas. Os autores acrescentam ainda que a noção de Sack (1992) de “membership category” e de “membership category devices” são exemplos de como as categorias estão associadas a atributos, atividades e obrigações. O contraste, como recurso analítico, de acordo com Arribas-Ayllon et al. (idem:74), é uma excelente maneira de explicar processos de categorização e particularização.

O segundo pilar Análise Retórica do Discurso está intimamente ligado ao primeiro. Trata-se da modalização, associada por Halliday (1985:75) ao julgamento do falante de probabilidades ou obrigações envolvidas no que ele está dizendo. De acordo com Arribas-Ayllon et al. (idem:66), o que Pomerantz (1986)

chama de “formulação de caso extremo” é um tipo de modalização. Esse recurso consiste na utilização de termos extremos quando um indivíduo trata de pessoas, grupos, objetos ou eventos.

No corpus da pesquisa de Pomerantz (1986), identificam-se diversos exemplos, tais como *novíssimo*, *totalmente inocente*, *ele estava dirigindo perfeitamente*, *ele não disse uma palavra*, *o tempo todo* e *todo mundo*. Expressões assim constituem formulações de casos extremos, segundo a autora (idem), quando são empregadas para defender ou justificar uma descrição ou uma avaliação.

O último pilar da Análise Retórica do Discurso é a intertextualidade/interdiscursividade. Arribas-Ayllon et al. (2011) apontam que os textos são dialógicos e polifônicos retomando a importante contribuição de Bakhtin aos estudos da linguagem e afirmam que eles contém “many elements of other texts or ‘voices’ which can be used for accounting practices” (p.66) Os autores acrescentam que um bom exemplo da organização intertextual/dialógica do texto é o uso do discurso relatado, recurso que pode ser especialmente útil quando estamos reconstruindo eventos problemáticos (idem).

Neste trabalho, buscamos descrever e analisar os recursos retóricos utilizados pelos policiais que entrevistamos quando constroem *accounts* através dos quais sustentam projeções dos *selves*. As estratégias retóricas são utilizadas pelos atores sociais, de acordo com Potter (1996), para que seu discurso atenda aos seus interesses sem que os mesmos se tornem evidentes. Isto é, os sujeitos buscam construir sentidos sem que se torne explícita a sua manipulação.

Potter (idem), afirma que uma pessoa pode produzir um relato aparentemente desinteressado e, dessa forma, atribuir a culpa de determinado fato a alguém, entre outras ações que podem ser desempenhadas por um indivíduo através da linguagem. Assim, observamos, que, de modo estratégico, as pessoas atribuem e reivindicam posições em seu discurso, construindo e negociando sentidos interacionalmente.

A narrativa também pode ser utilizada estrategicamente na construção de *accounts*, o que se observa no discurso dos policiais que entrevistamos. A próxima seção, por isso, tem como foco esse recurso.

3.3.2. Narrativas

Durante a realização das entrevistas cujos segmentos analisamos nesta pesquisa, os policiais relataram, em determinados momentos da interação, experiências vividas na comunidade em que trabalham. Por essa razão, são fundamentais para este trabalho as contribuições dos estudos da narrativa. Seu precursor, Labov (1972:359-361) afirma que narrar é uma forma de recapitular experiências passadas por meio de uma sequência verbal de orações cuja ordenação reflete a sequência de eventos ocorridos.

O autor (*idem*) descreve a estrutura global na narrativa em seu trabalho, isto é, seu “esqueleto”. De acordo com ele, as orações narrativas se organizam em uma estrutura regular na qual cada parte cumpre uma função específica, a saber:

- a) Resumo/sumário – sintetiza o que virá a seguir, anunciando o ponto da narrativa isto é, o motivo pelo qual a história é contada.
- b) Orientação – apresenta personagens, tempo, lugar e ações que compõem a história.
- c) Ação complicadora – parte em que o narrador de fato conta o que aconteceu por meio de orações narrativas. Cabe pontuar que, para o autor, é necessário que haja, no mínimo duas orações no passado, sequencializadas, fazendo referência a um passado temporal para que o texto seja considerado de fato uma narrativa.
- d) Resolução/resultado – apresenta o desfecho da complicação narrativa.
- e) Coda – simboliza o encerramento do relato. É a sua finalização.
- f) Avaliação – revela a posição do narrador diante da narrativa e também nos permite perceber qual é o seu ponto.

A teoria de Labov (1972, 1997) tem sido criticada por alguns autores como Mishler (1986), Schiffrin (1996) e Bastos (2004). Esses autores observam que as narrativas não são um espelho dos acontecimentos, mas propõem que o ato de narrar seja entendido como simbolização, transformação e reorganização da experiência vivida (SCHIFFRIN, 1996). Nesse processo de (re) construção, de acordo com Bastos (2004), operam um filtro afetivo, as especificidades da situação de comunicação em que os fatos são narrados e a ordem sócio-cultural mais ampla.

Os processos de construção identitária nas narrativas orais tem sido objeto de estudo de diversos autores (SCHIFFRIN, 1996; MOITA LOPES, 2001; FABRÍCIO & BASTOS, 2009; BASTOS 2003, 2008). No trabalho de Linde (1993), observam-se narrativas de experiências pessoais geradas em entrevistas. Essas histórias giram em torno de expectativas e normas sócio-culturais.

Considerando que cada sociedade apresenta seus valores e crenças, Linde (1993:7) afirma que os indivíduos não são livres pra construírem suas historias de vida como quiserem. Há uma serie de exigências sociais que recaem sobre a sua história. São construídas nelas relações de causa e efeito que estão associadas ao que é culturalmente considerado apropriado. Essas relações que colaboram para que haja um nexu narrativo são chamadas por Linde de relação de causalidade.

Um aspecto das narrativas que tem sido explorado por diversos autores, inclusive por Linde (1997) é a avaliação. Segundo Page (2003:201), esse é “um conceito que cruza fronteiras e possui aplicações diversas e, mesmo dentro da área da linguística, o termo é usado de forma diferente por um grande número de pesquisadores”. Conforme Bastos (2005:76), “o mais complexo e, certamente, o mais fascinante elemento da estrutura narrativa (...) é a avaliação”.

Os estudos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) deram início à análise de elementos avaliativos sob uma perspectiva sociolinguística. Os autores destacam a importância da avaliação e afirmam que a sua função é informar a carga dramática e/ou emocional da situação, eventos e/ou protagonistas da narrativa. De acordo com Labov e Waletzky (idem), as narrativas possuem uma função referencial, pois fornecem informações à audiência através da

recapitulação de experiências; e uma função avaliativa, que está relacionada ao seu ponto, motivo pelo qual a história é contada.

A avaliação pode ser externa ou encaixada, de acordo com Labov e Waletzky (idem) e Labov (idem). A avaliação externa ocorre quando o relato de uma história é interrompido pelo próprio narrador para comunicar o seu ponto de vista sobre o que está sendo narrado. Já a avaliação encaixada se dá através de recursos linguísticos gramaticais, semânticos ou prosódicos. O narrador pode fazer uso de repetições de palavras, pode alongar vogais, bem como aumentar ou diminuir o tom da voz, por exemplo, para comunicar indiretamente o seu ponto de vista sobre o fato narrado.

Linde (1997) afirma que a avaliação é um elemento de negociação em interações sociais que está amplamente presente na narrativa. A autora considera que isso está associado à dimensão moral da linguagem. Segundo Linde (idem:153), “a narrativa oral visa muito mais a alcançar um acordo sobre significados morais em diversas ações do que um simples reportar destas mesmas ações”. A perspectiva sociolinguística torna evidente, dessa forma, relações entre linguagem, sociedade e cultura, salientando a importância do contexto para o processo narrativo.